

PLANEJAMENTO DA APOSENTADORIA PARA SERVIDORES PÚBLICOS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n5-449>

Data de submissão: 31/04/2025

Data de publicação: 31/05/2025

Adne Keli Santiago Amaral

Carlos Alberto Orge Pinheiro

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a produção científica sobre o planejamento da aposentadoria para servidores públicos, por meio de uma revisão sistemática da literatura associada a uma análise bibliométrica. Diante do envelhecimento populacional, das reformas previdenciárias e da crescente complexidade das decisões relacionadas à aposentadoria, o estudo evidencia a necessidade de preparação multidimensional dos servidores públicos. A pesquisa foi conduzida com base em 150 artigos identificados, dos quais 55 foram incluídos e 15 analisados em profundidade. Os resultados apontam que, embora a maior parte dos estudos esteja concentrada na área da Administração Pública, os autores mais citados são oriundos da Psicologia Organizacional e da Gestão de Pessoas, revelando a importância de aspectos emocionais e comportamentais no processo de transição. Além disso, destacam-se os efeitos positivos dos Programas de Preparação para Aposentadoria (PPAs), a necessidade de educação previdenciária e o impacto das reformas nas decisões individuais. A pesquisa contribui para o campo da Gestão de Pessoas ao fornecer subsídios teóricos e práticos que favorecem uma aposentadoria consciente, segura e humanizada.

Palavras-chave: Planejamento da aposentadoria. Servidores públicos. Previdência social. Programas de preparação para aposentadoria.

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população foi identificado como uma das quatro megatendências que irão trazer uma nova configuração para o cenário mundial nos próximos 15 anos. Este é um processo que traz consequências nas mais diversas áreas, que podem ser mais graves se o país não estiver preparado para receber essa população envelhecida, sobretudo se o crescimento do número de idosos ocorrer de forma rápida, como é o caso do Brasil (Schuabb e França, 2020).

A Holanda (Países Baixos) possui o melhor sistema previdenciário do mundo, seguida da Dinamarca, ambas por terem se preparado para o envelhecimento da população e promovido a segurança da situação financeira das pessoas, proporcionado a aposentadoria (Matias Filho, et.al, 2020). Para o mesmo autor, o Brasil ocupa a 26^a posição dentre os 39 países analisados, seguido da Áustria e Itália. Adicionalmente, mostra o estudo que, por terem uma idade para a aposentadoria elevada e pelas condições estruturais e padrões de vida, muitas pessoas não chegam a atingir as condições mínimas para se aposentar.

Portanto, em um cenário de déficit previdenciário e de mudanças nas regras e expectativas de renda na aposentadoria, a responsabilidade do indivíduo na tomada de decisões financeiras que lhe permita aproveitar a vida e manter a qualidade de vida ao se aposentar, é substancialmente aumentada, ampliando a importância do planejamento e preparação para aposentadoria (Vieira, 2023). A pesquisa nesta área é vital para identificar melhores práticas, estratégias e políticas que promovam uma transição para o desafio para a aposentadoria.

Por essa razão, busca-se analisar e evidenciar, como as pesquisas científicas sobre o planejamento da aposentadoria para servidores públicos, na última década, podem por meio de um estudo bibliométrico aliado à revisão sistemática da literatura fornecer uma compreensão sobre o assunto. Assim a pesquisa tem por objetivo analisar os principais achados nas pesquisas científicas sobre o planejamento da aposentadoria dos servidores públicos.

Nesse contexto, o estudo é significativo ao condensar informações sobre a produtividade acadêmica em planejamento da aposentadoria para servidores públicos. Além disso, mapear as abordagens adotadas e identificar as fontes de dados frequentemente utilizados. A pesquisa se justifica pela limitação de estudos que abordem de maneira sistemática os aspectos financeiros e previdenciários dos servidores públicos no contexto brasileiro. Ao ampliar o entendimento sobre esse tema, a pesquisa contribuirá para o campo de estudos em gestão de pessoas e finanças públicas, fornecendo subsídios teóricos e práticos que podem ser aplicados tanto na academia quanto em ambientes organizacionais. Assim, a pesquisa não apenas irá beneficiar os servidores diretamente

envolvidos, mas também fortalecer as estruturas administrativas que sustentam os serviços públicos essenciais para a sociedade.

Do ponto de vista estrutural, além desta seção introdutória, esta pesquisa apresenta mais cinco seções: a segunda será dada pelos aspectos teóricos da pesquisa, identificando os estudos e principais conceitos que a embasam, a terceira a metodologia, a quarta a análise dos resultados das pesquisas encontradas e a quinta as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SISTEMA PREVIDENCIÁRIO PÚBLICO

O sistema previdenciário público brasileiro constitui-se como um dos pilares da Seguridade Social e está voltado à proteção social dos trabalhadores diante de eventos como aposentadoria, invalidez, morte e maternidade. Ele é composto por três regimes: o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, administrado pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social e voltado ao setor privado; o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, destinado aos servidores públicos efetivos; e o Regime de Previdência Complementar – RPC, de adesão facultativa. Ao longo da última década, o sistema tem passado por profundas transformações, impulsionadas por uma conjuntura demográfica adversa e pela necessidade de equilíbrio fiscal, culminando na aprovação da Emenda Constitucional nº 103/2019, que introduziu mudanças estruturais nas regras de aposentadoria e benefícios (IPEA, 2022; Brasil, 2019).

Nos últimos anos, a previdência pública brasileira passou por reformas visando garantir sua sustentabilidade financeira diante do envelhecimento populacional e do aumento dos déficits previdenciários. Entre as alterações estão a instituição de idade mínima para aposentadoria (65 anos para homens e 62 anos para mulheres), aumento do tempo mínimo de contribuição (25 anos, independente do sexo), mudanças no cálculo dos benefícios e aumento das alíquotas de contribuição: 7,5% até 1SM; 9% acima de 1 SM até R\$ 2 mil; 12% acima de R \$ 2mil até R\$ 3 mil; 14% acima de R\$ 3 mil até R\$ 5.839,45 (teto do RGPS); 14,5% acima de R\$5.839,45 até R\$ 10 mil; 16,5% acima de R\$ 10 mil até R\$ 20 mil; 19% acima de R\$ 20 mil até R\$ 39 mil; e 22% acima de R\$39 mil (arts. 11 e 28 da EC) (Brasil, 2019).

O financiamento da previdência pública brasileira adota predominantemente o sistema de repartição simples, no qual não há acumulação de recursos individuais, mas sim a utilização imediata das contribuições para o pagamento dos benefícios. Esse modelo visa garantir a proteção social contra riscos como invalidez, idade avançada, tempo de contribuição, doença, maternidade e morte (Fundación MAPFRE, 2024). Além disso, a previdência pública possui ampla capilaridade territorial,

com agências distribuídas em todo o país, incluindo regiões remotas, o que assegura um elevado potencial de cobertura e efeito redistributivo, especialmente em municípios menos desenvolvidos (Outras palavras, 2024).

2.2 PLANEJAMENTO DA APOSENTADORIA

O processo de envelhecimento populacional no Brasil tem desafiado as estruturas sociais, econômicas e institucionais, especialmente no que diz respeito à previdência social. A aposentadoria, enquanto etapa marcante da trajetória laboral, não deve ser concebida apenas como o encerramento da vida profissional, mas como uma transição complexa que demanda preparação multidimensional. Estudos indicam que o planejamento para a aposentadoria é essencial para assegurar bem-estar, segurança financeira e adaptação social na fase pós-trabalho (Schuabb; França, 2020). Diante da ampliação da expectativa de vida e das mudanças nos regimes previdenciários, o planejamento antecipado torna-se imperativo.

A literatura aponta que os servidores públicos representam um grupo particularmente relevante para os estudos sobre aposentadoria, pois enfrentam desafios singulares, como a adaptação às reformas nos regimes próprios de previdência e o impacto das alterações legislativas sobre seus benefícios futuros (Menezes et al., 2023). Pesquisas com este público indicam uma consciência crescente sobre a necessidade de planejamento, mas também revelam uma lacuna entre essa percepção e a efetiva adoção de práticas financeiras consistentes. Segundo Vieira et al. (2023), cerca de três a cada quatro brasileiros não possuem uma reserva financeira voltada à aposentadoria, e esse quadro se agrava entre os servidores com menor renda, escolaridade ou estabilidade conjugal.

Além do viés financeiro, a aposentadoria implica transformações identitárias e emocionais significativas. Estudos como o de Palmieri et al. (2024) evidenciam que a transição para a aposentadoria pode ser acompanhada de sentimentos ambíguos, como alívio e liberdade, mas também frustração, isolamento social e perda de pertencimento. A Teoria das Transições de Meleis (1960), utilizada por esses autores, permite compreender os fatores que facilitam ou inibem essa passagem, como a existência de vínculos familiares e sociais, o significado atribuído ao trabalho e o preparo emocional para o desligamento da função ocupacional.

A dimensão ocupacional também merece destaque. Docentes universitários, por exemplo, atribuem grande valor à atividade profissional como expressão de identidade e reconhecimento social, o que torna a aposentadoria uma etapa delicada e, muitas vezes, evitada (Oliveira et al., 2021). Nesse contexto, a implementação de programas institucionais de preparação para aposentadoria pode

contribuir para uma transição mais saudável e planejada, ao fomentar reflexões sobre o futuro, promover educação financeira e criar espaços de escuta e acolhimento.

No tocante às políticas públicas, é urgente a formulação de estratégias voltadas à educação previdenciária e à inclusão de temas relacionados à aposentadoria nos programas de capacitação e desenvolvimento de servidores. Estudos como o de Carneiro et al. (2021) mostram que fatores como qualidade de vida no trabalho, sexo, estado civil e tempo restante até a aposentadoria influenciam diretamente na forma como os servidores se preparam para essa fase. Assim, políticas personalizadas e interdisciplinares podem ter maior efetividade.

Por fim, é importante reconhecer que o planejamento da aposentadoria é um processo dinâmico, que se inicia muito antes do afastamento formal do trabalho e que se estende para além do recebimento do benefício previdenciário. Tal compreensão amplia as possibilidades de intervenção tanto na esfera individual quanto organizacional, promovendo uma aposentadoria não apenas financeiramente segura, mas psicologicamente saudável e socialmente ativa.

2.3 ESTRATÉGIAS DE PREPARAÇÃO

A partir da compreensão de que o planejamento da aposentadoria envolve múltiplas dimensões da vida do servidor público, torna-se evidente que a preparação estruturada para essa fase desporta como uma solução viável, estratégica e necessária. Os Programas de Preparação para Aposentadoria – PPAs, nesse contexto, são instrumentos fundamentais para que o servidor planeje não apenas seus aspectos financeiros, mas também os emocionais, ocupacionais e sociais que permeiam a transição da vida ativa para a inatividade.

Complementarmente, Marques (2021) aponta que a qualidade de vida na aposentadoria está diretamente relacionada a comportamentos adquiridos durante a vida laboral, como a prática regular de atividades físicas, a manutenção da saúde mental e a organização financeira. O autor sugere que, entre os temas relevantes a serem abordados nos PPAs, destacam-se: educação previdenciária, empreendedorismo na maturidade, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e integração familiar e comunitária.

Nesse sentido, em fevereiro de 2000, o Governo Federal desenvolveu o Programa de Educação Previdenciária – PEP, através da Portaria Ministerial nº 1.671, com a proposta de fomentar o conhecimento previdenciário entre os cidadãos. Assim, atualmente, o PEP promove ações educacionais que visam informar e conscientizar a comunidade sobre seus direitos e deveres, disseminando a proteção social e a cultura previdenciária. Para tanto, realiza palestras, cursos presenciais e a distância, capacitações, disseminação de orientações em rádio, tv e internet, participações em eventos,

parcerias e até arte como peças de teatro temáticas, em escolas, entidades, associações, e nos meios de comunicação (Pereira, 2024).

É possível afirmar que os PPAs se configuram como uma resposta concreta aos desafios do planejamento da aposentadoria, oferecendo ferramentas, apoio técnico e suporte emocional para que os servidores públicos realizem escolhas conscientes e alcancem uma aposentadoria ativa, segura e satisfatória.

3 METODOLOGIA

O presente artigo tem caráter qualitativo e foi realizado mediante uma **revisão sistemática da literatura** com base em **análise bibliométrica**. A revisão bibliométrica é um procedimento metodológico utilizado para analisar e sistematizar a produção científica disponível sobre um determinado tema. Essa abordagem permite identificar tendências, lacunas de pesquisa, principais autores, áreas de estudo e contribuições específicas dentro de um campo de conhecimento (Valença, 2023).

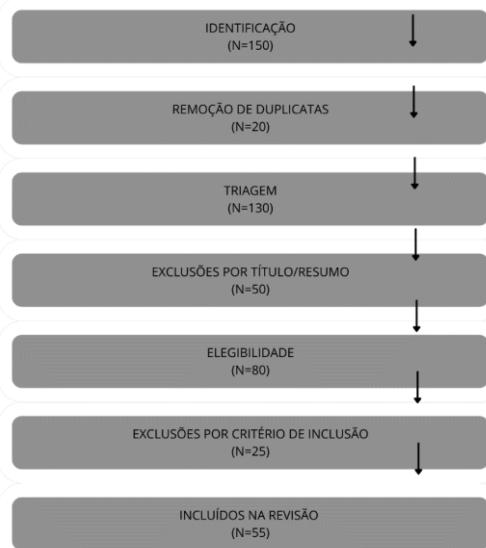
O objetivo foi buscar artigos publicados que relacionam a aplicação do Planejamento da Aposentadoria para Servidores Públicos. A primeira etapa foi dada através do uso do *software Harzing's publish or perish* (PoP) que permite filtrar, de forma mais precisa, os principais sites de busca. A base principal de dados utilizada foi do *Google Scholar*, considerando o período de 2014 a 2024, com o uso das palavras chaves: “*planejamento da aposentadoria*”, “*servidores públicos*”, “*previdência social*”, “*educação previdenciária*” e “*aposentadoria no serviço público*”, combinados por meio de operadores booleanos (“AND”, “OR”) de forma a ampliar o alcance da busca. Além disso, o site Lilacs, foi pesquisado sem o uso do PoP, com o mesmo critério para filtragem dos artigos. A prioridade da escolha do *Google Scholar*, foi encontrar publicações majoritamente nacionais, embora as contribuições de outros países sejam importantes, o enfoque da pesquisa reside na legislação previdenciária brasileira.

A busca na primeira etapa, resultou em **150 artigos científicos** que compuseram a amostra inicial. A segunda etapa foi estabelecer os critérios de inclusão e exclusão, que para a pesquisa, foi baseado no modelo Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses – PRISMA, o qual, conforme Moher et al. (2009), tem o objetivo de melhorar a qualidade e a transparência na elaboração e relato de revisões sistemáticas. Segundo os autores, o uso do PRISMA contribui para que revisões sistemáticas sejam conduzidas com maior rigor metodológico, favorecendo tomadas de decisão baseadas em evidências, especialmente nas áreas da saúde, ciências sociais aplicadas e políticas públicas. O modelo possui fluxograma que orienta o pesquisador desde a identificação e

triagem dos estudos até a inclusão final, promovendo processo transparente e replicável. Essa padronização busca reduzir viéses, melhorar a consistência na síntese de evidências e facilitar a compreensão e avaliação crítica por parte dos leitores. Com base nesse modelo, para os critérios de inclusão, foram considerados trabalhos publicados em periódicos científicos revisados por pares e que abordassem direta ou indiretamente a temática do planejamento previdenciário para servidores públicos, com ênfase em políticas públicas, educação financeira, transição para a aposentadoria e sobre os impactos da reforma da previdência no funcionalismo. Foram excluídos estudos que tratavam exclusivamente da aposentadoria no setor privado ou que não apresentavam relevância teórica para o objetivo da pesquisa.

Como resultado da segunda etapa, foram selecionados 55 artigos. As etapas primeira e segunda podem ser descritas no fluxograma Prisma, conforme a Figura 1 bem como Quadro 1 que trata dos critérios de elegibilidade.

Figura 1- Fluxograma do Modelo Prisma



Fonte: Elaboração Própria, 2025

Quadro 1- Critérios de elegibilidade no Modelo PRISMA

Critérios	Descrição
Inclusão	Artigos publicados entre 2014 e 2024 Publicações disponíveis em texto completo Estudos que abordem diretamente o planejamento da aposentadoria do setor público Publicações científicas em português, inglês e espanhol Artigos revisados por pares
Exclusão	Trabalhos que abordem apenas aposentadoria no setor privado Editoriais, entrevistas e resumos Estudos sem acesso ao texto completo Artigos duplicados ou com dados inconsistentes

Fonte: Elaboração própria, 2025

A análise bibliométrica concentrou-se na identificação de tendências de publicação ao longo do tempo, principais periódicos, autores mais produtivos, áreas do conhecimento predominantes e palavras-chave mais recorrentes. Os dados foram organizados e tratados com auxílio das planilhas eletrônicas do *Microsoft Office*, para a construção de áreas do conhecimento em destaque, autores mais citados, a distribuição por ano e por idioma.

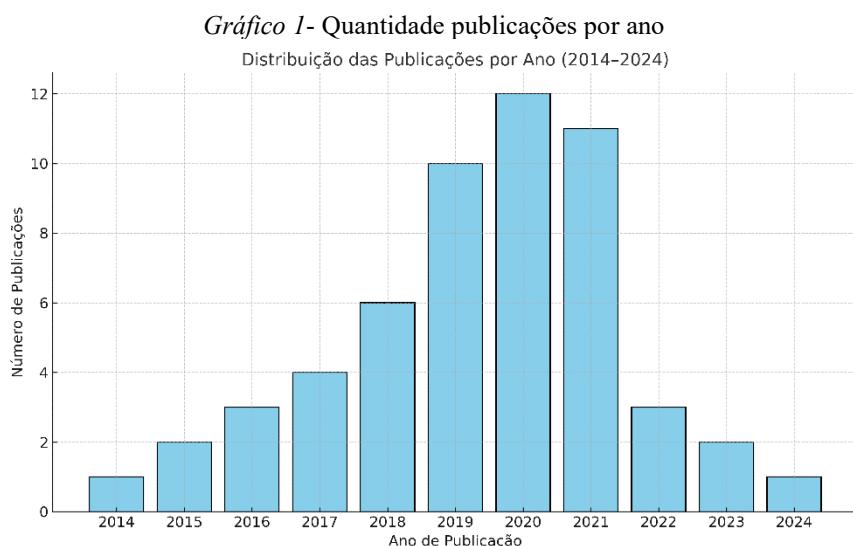
Após as etapas primeira e segunda, foi realizada a etapa final: a revisão sistemática da literatura com base nos artigos mais relevantes, conforme já explicado. Para compor a revisão sistemática, optou-se por analisar 15 estudos. Essa delimitação metodológica justifica-se pela necessidade de aprofundamento teórico e analítico, priorizando os trabalhos com consistência metodológica e fundamentação conceitual. Foram considerados, para a análise sistemática dos resultados, critérios como o número de citações, o qual é demonstrado através da aba “*Cities*” e “*Cities/year*” no PoP, que dos 55 artigos analisados, os 15 selecionados apresentaram as maiores médias de citação total e por ano e o prestígio do periódico (Estratos A e B na plataforma Sucupira na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior-Capes). Além disso, deu-se preferência a artigos que abordassem diretamente aspectos como PPAs, educação previdenciária e implicações da transição para o pós-carreira no setor público. O objetivo dessa última etapa foi o de oferecer uma compreensão aprofundada sobre o estado da arte da produção científica a respeito do planejamento da aposentadoria para servidores públicos, bem como identificar contribuições e oportunidades para pesquisas futuras.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da amostra inicialmente identificada em 150 publicações relacionadas ao tema “planejamento da aposentadoria para servidores públicos”, foram excluídos artigos em duplicidade. Com base na triagem por títulos e resumos e aplicação dos critérios de elegibilidade, 55 publicações foram incluídas na revisão e 15 publicações foram selecionados para compor a análise sistemática. É importante salientar que dentre os principais achados das pesquisas, 95% correspondem aos documentos do tipo artigo científico.

Os registros analisados abrangem publicações entre os anos de 2014 a 2024, refletindo um crescente interesse da comunidade acadêmica pelas discussões em torno da preparação financeira, emocional e institucional dos servidores públicos para a aposentadoria. Observou-se um aumento significativo no número de publicações de 2019 a 2021, como mostra o Gráfico 1, o que pode estar diretamente associado à promulgação da Emenda Constitucional nº 103/2019, que instituiu a Reforma da Previdência no Brasil. Essa reforma alterou as regras relativas à idade mínima, tempo de contribuição, cálculo dos proventos e transição entre regimes, impactando diretamente os servidores

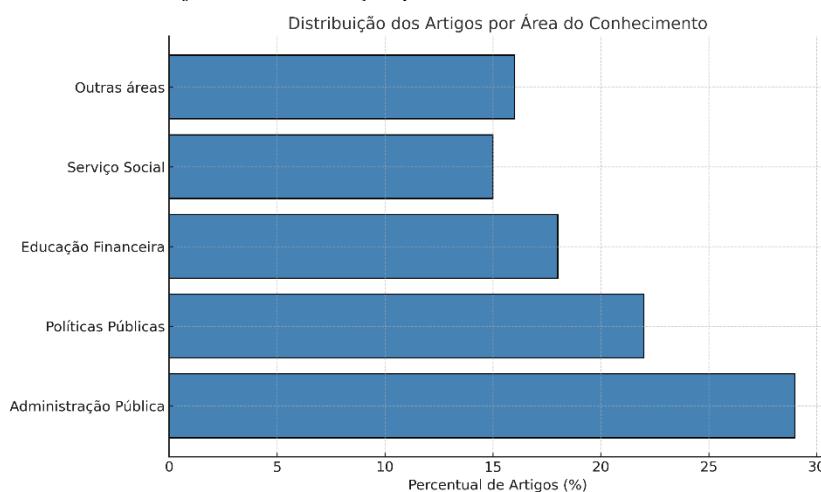
públicos das três esferas. As novas exigências e incertezas geradas pela reforma impulsionaram o debate acadêmico, especialmente sobre os desafios enfrentados pelos servidores para reorganizar seus planos de aposentadoria e a necessidade de maior suporte institucional, seja por meio de políticas públicas, programas de educação previdenciária ou assessoria individualizada.



Fonte: Elaboração Própria, 2025

A análise bibliométrica permitiu mapear os principais periódicos, autores e áreas do conhecimento que têm contribuído para o avanço da temática “planejamento da aposentadoria para servidores públicos”. Entre os 55 artigos analisados, verificou-se que a maioria das publicações está concentrada nas áreas de **Administração Pública (29%)**, **Políticas Públicas (22%)**, **Educação Financeira (18%)** e **Serviço Social (15%)**, enquanto os demais 16% se distribuem entre campos como Psicologia Organizacional, Direito Previdenciário e Gestão de Pessoas como mostra o Gráfico 2. Esses dados evidenciam o caráter **multidisciplinar e transversal** da temática, refletindo a complexidade do processo de aposentadoria no setor público, que envolve não apenas aspectos legais e institucionais, mas também dimensões econômicas, comportamentais e sociais. A predominância dessas áreas também indica que o debate científico está cada vez mais voltado à integração entre políticas institucionais e práticas educativas, com vistas a proporcionar uma transição mais planejada, consciente e sustentável para os servidores públicos.

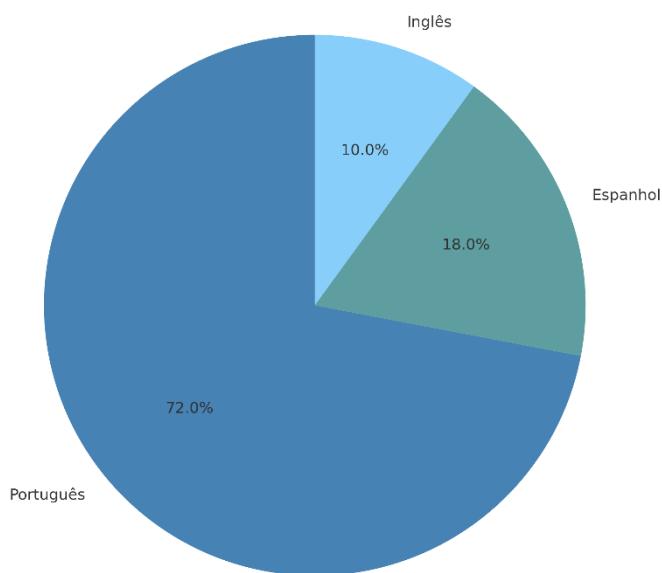
Gráfico 2- Distribuição por Área do Conhecimento



Fonte: Elaboração Própria, 2025

Outro fator importante, conforme mostra o Gráfico 3, é sobre a análise da distribuição das publicações por país. Revela-se uma predominância significativa de estudos produzidos no **Brasil**, correspondendo a aproximadamente **60% dos artigos incluídos na revisão**, seguidos por produções de países hispano-americanos, como **Argentina, México e Colômbia**, e, em menor número, por publicações em **inglês**, oriundas principalmente de universidades dos Estados Unidos e do Reino Unido. Essa concentração brasileira pode ser explicada, em grande parte, pela **especificidade dos regimes previdenciários nacionais**, notadamente o **RPPS**, voltado exclusivamente aos servidores públicos, o que desperta maior interesse acadêmico e institucional em compreender os impactos das reformas e a necessidade de planejamento individualizado da aposentadoria. Além disso, o uso de palavras-chave em português — como “*aposentadoria no serviço público*”, “*educação previdenciária*” e “*planejamento previdenciário*” — ampliou a recuperação de documentos de periódicos nacionais, o que pode ter limitado, de certo modo, a abrangência internacional dos achados. Ainda assim, o levantamento contemplou publicações em três idiomas principais como indica o Gráfico 3: **português (72%)**, **espanhol (18%)** e **inglês (10%)**, refletindo o interesse regional por uma temática que, apesar de global, é regulada por legislações, estruturas de proteção social e culturas previdenciárias distintas em cada país.

Gráfico 3 - Distribuição por idioma
Distribuição dos Artigos por Idioma



Fonte: Elaboração Própria, 2025

Simultaneamente, com base na análise das citações dos artigos incluídos na revisão sistemática, foi possível identificar os autores mais influentes e mais citados na temática do planejamento da aposentadoria para servidores públicos no Brasil entre os anos de 2014 e 2024, conforme demonstrado na Tabela 1. Destaca-se para Schuabb e França (2020) com 24 citações, apresentando também uma das maiores médias de citações anuais (4,8), o que evidencia a relevância e atualidade de suas contribuições. Rodrigues e Afonso (2015), apresentam 22 citações e uma média de 2,2 por ano, mostrando a longevidade do impacto de seus estudos ao longo da década. Seid e Leandro-França (2018) contabilizam 21 citações, com média de 3 citações por ano, demonstrando forte influência na consolidação teórica e metodológica do campo. Nascimento e Polia (2019) com 20 citações apresentam uma média de 3,33 por ano, indicando um crescimento em visibilidade nos últimos anos.

Trabalhos recentes, como Vieira, Matheis e Rosenblum (2023), apresentam impacto em curto prazo, com 11 citações e uma média anual de 5,5, superando, inclusive, trabalhos com mais tempo de publicação. Os demais autores possuem contribuições importantes, embora as médias de citações por ano seja menor ou igual a 3.

A densidade de citações em período recente revela não apenas a pertinência do tema frente às mudanças previdenciárias recentes, mas também a busca por novos referenciais teóricos para compreender os desafios contemporâneos enfrentados pelos servidores públicos em fase de pré-aposentadoria. Em termos gerais, os autores mais citados têm suas produções concentradas em áreas

como psicologia organizacional, políticas públicas e gestão de pessoas, refletindo a abordagem multifacetada exigida por essa temática. A análise das citações também reforça o papel central de estudos empíricos que aliam aspectos subjetivos, institucionais e estruturais da preparação para a aposentadoria, configurando-se como referencial essencial para pesquisas futuras e formulação de políticas públicas.

Tabela 1- Autores mais citados

AUTOR	Nº DE CITAÇÕES	CITAÇÕES POR ANO (2014-2024)
Schuabb & França (2020)	24	4.8
Rodrigues & Afonso (2015)	22	2.2
Seid & Leandro França (2018)	21	3.0
Nascimento & Polia (2019)	20	3.33
Oliveira, Almeida & Nunes (2021)	13	3.25
Vieira, Matheis & Rosenblum (2023)	11	5.5
Carneiro, Alves & Silva (2021)	11	2.25
Leandro França (2016)	11	1.22
Magalhães & Alves (2019)	9	1.60
Leandro França et al. (2014)	9	1.25
Matias Filho et al. (2023)	7	0.89
Macedo, Bendassoli & Torres (2017)	5	0.83
Palmieri et al. (2024)	3	0.43
Costa (2019)	3	0.50
Caro, Arakawa & Andrade (2021)	2	0.33

Fonte: Elaboração Própria, 2025

Essa aparente divergência entre a área de concentração da produção científica, majoritariamente voltada à Administração Pública, e o campo de origem dos autores mais citados, associados à Psicologia Organizacional e à Gestão de Pessoas, pode ser explicada pela natureza subjetiva e comportamental do processo de aposentadoria, especialmente no setor público. Enquanto a Administração Pública concentra esforços em descrever e regulamentar as políticas institucionais, são os estudos oriundos da Psicologia e da Gestão de Pessoas que analisam os efeitos emocionais, identitários e relacionais da transição para a aposentadoria, temas que têm despertado interesse e engajamento entre os leitores e pesquisadores da área. Além disso, os artigos mais citados tendem a oferecer instrumentos práticos, análises qualitativas e abordagens centradas no indivíduo, o que favorece sua aplicabilidade tanto em contextos acadêmicos quanto organizacionais, ampliando sua visibilidade e influência na literatura científica.

Concomitante, entre os 15 artigos selecionados para a análise sistemática, como mostra o Quadro 2, nota-se uma predominância de abordagens qualitativas, com destaque para estudos de caso,

pesquisas exploratórias com servidores em fase de pré-aposentadoria e análises de PPAs. Também foram identificadas pesquisas quantitativas que utilizaram questionários estruturados para avaliar o nível de conhecimento previdenciário ou o grau de preparação dos servidores em relação à aposentadoria.

Quadro 2- Síntese dos artigos incluídos na revisão sistemática

Autores	Título	Objetivo	Metodologia	Principais Resultados
<i>Leandro-França et al. (2014)</i>	A percepção dos gestores brasileiros sobre os programas de preparação para a aposentadoria	Investigar a percepção de gestores sobre os PPAs nas organizações	Pesquisa descritiva com 207 gestores de diferentes organizações	Apenas 25% das organizações possuíam PPA; gestores reconhecem sua importância, mas medidas práticas são escassas
<i>Rodrigues & Afonso (2015)</i>	O impacto da criação da Funpresp sobre os benefícios previdenciários dos servidores públicos federais	<i>Quantificar os impactos da criação da Funpresp sobre os benefícios previdenciários dos servidores públicos federais.</i>	<i>Modelagem atuarial para comparar benefícios nos regimes antigo e novo, considerando diferentes cenários de contribuição e taxas de juros.</i>	<i>A mudança para o novo regime é desfavorável para servidores, com perdas médias de 15%. Para evitar perdas, seriam necessárias contribuições elevadas (até 47%) ou taxas de juros reais acima de 9%, cenários improváveis.</i>
<i>Leandro-França (2016)</i>	Efeitos de Programas de Preparação para Aposentadoria	Avaliar eficácia de três tipos de programas de preparação (longo, breve e testemunho) em servidores públicos	Estudo experimental com métodos mistos (quantitativo e qualitativo)	Programas promovem mudanças cognitivas, motivacionais e comportamentais; o programa longo teve maior impacto
<i>Macedo, Bendassoli & Torres (2017)</i>	Representações sociais da aposentadoria e intenção de continuar trabalhando	<i>Analisar as representações sociais da aposentadoria e sua relação com a intenção de continuar trabalhando.</i>	<i>Pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, com análise lexicográfica de respostas de 283 servidores públicos federais.</i>	<i>Identificou cinco categorias de representações da aposentadoria (ex.: direito, descanso merecido, nova etapa). A intenção de aposentar-se está ligada a expectativas positivas, enquanto o adiamento está associado à ociosidade e falta de atividades substitutivas.</i>
<i>Seidl, Leandro-França & Murta (2018)</i>	Avaliação de impacto e suporte de um curso de preparação para aposentadoria	Avaliar impacto e suporte à transferência de um curso online sobre PPA	Estudo com 171 participantes, 6 meses após o curso, usando técnicas mistas de análise	Suporte psicossocial foi preditor de impacto positivo; 43% das organizações melhoraram seus PPAs após o curso
<i>Nascimento & Polia (2019)</i>	Planos para o futuro: uma análise da perspectiva ocupacional	Conhecer a perspectiva de professores sobre aposentadoria	Estudo qualitativo com entrevistas e análise de conteúdo	Planejamento requer adaptação; é necessário investimento institucional para apoio à transição ocupacional
<i>Magalhães & Alves (2019)</i>	Cidadania e políticas públicas no contexto do PEP	Investigar o PEP como disseminador	Estudo qualitativo com base documental e	O programa é relevante para a cidadania, mas ainda há

		de informações prevideciárias	análise de ações do programa entre 2015 e 2016	carência informacional entre os cidadãos
<i>Costa (2019)</i>	Programa de preparação para aposentadoria: Um estudo de viabilidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO	<i>Estudar a aplicabilidade e viabilidade de implantação de um PPA no IFRO.</i>	<i>Pesquisa básica, descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa e qualitativa. Utilizou questionários aplicados a servidores aposentados e em fase de pré-aposentadoria.</i>	<i>Constatou-se que o PPA seria benéfico para o bem-estar dos servidores e para o planejamento institucional. O IFRO não possui programas nesse sentido, e servidores relatam falta de preparação para a transição.</i>
<i>Schuabb & França (2020)</i>	Planejamento financeiro para a aposentadoria: uma revisão sistemática	Analizar a produção nacional sobre planejamento financeiro para aposentadoria sob a ótica da Psicologia	Revisão sistemática da literatura nacional em 5 bases	Necessidade de políticas organizacionais e maior engajamento do Recurso Humano para o planejamento contínuo ao longo da carreira
<i>Carneiro, Alves & Silva (2021)</i>	Aposentadoria e planejamento para vida pós-trabalho: um estudo com servidores de um Instituto Federal de Educação	Investigar como servidores constroem projetos de vida pós-carreira	Estudo exploratório e quantitativo com 94 servidores do IFTO	Associação entre qualidade de vida no trabalho e fatores-chave de planejamento; mulheres focam mais em novo começo profissional
<i>Oliveira et al (2021)</i>	Preparação para aposentadoria de docentes universitários: revisão integrativa	Analizar evidências sobre a preparação para aposentadoria de docentes.	Revisão integrativa de 13 estudos.	Destaca a importância de políticas institucionais e o impacto de fatores emocionais e organizacionais.
<i>Caro, Arakawa & Andrade (2021)</i>	Relato de experiência com um programa de preparação para a aposentadoria de servidores públicos	Relatar a experiência de uma equipe multidisciplinar com um PPA destinado a servidores públicos municipais	Uso de questionários semiabertos para coleta de dados quantitativos e qualitativos	O programa foi avaliado positivamente por 100% dos participantes que responderam à reavaliação, 94% afirmaram ter esclarecido dúvidas, 71% relataram mudança no entendimento sobre aposentadoria e adoção de novas atitudes, e 82% apontaram contribuição das atividades para o preparo à nova fase
<i>Vieira, Matheis & Rosenblum (2023)</i>	Preparação financeira para aposentadoria: análise multidimensional	Avaliar a preparação financeira de brasileiros e seus determinantes	Survey com 2.920 respondentes e análise estatística	A maioria não está preparada financeiramente; mulheres, jovens e pessoas de baixa renda são mais vulneráveis
<i>Matias Filho et al. (2023)</i>	Planejamento da aposentadoria: as pessoas estão se preparando financeiramente?	Investigar a preparação financeira frente à Reforma da Previdência	Estudo exploratório com 363 respostas válidas de questionário online	Mesmo após a reforma, maioria não revisitou sua situação; há desejo de manter renda com alternativas após aposentadoria

Palmieri et al. (2024)	Percepção de servidores públicos acerca da transição para a aposentadoria	Apreender percepções de servidores aposentados sobre a transição	Estudo qualitativo baseado na Teoria das Transições de Meleis	Identificaram-se sentimento de perda, ressignificação do tempo e isolamento social como obstáculos à adaptação
------------------------	---	--	---	--

Fonte: Elaboração Própria, 2025

A análise dos estudos selecionados nesta revisão sistemática evidenciam um panorama multifacetado sobre a preparação para a aposentadoria entre servidores públicos, abrangendo aspectos organizacionais, subjetivos, educacionais e estruturais. Os artigos analisados convergem quanto à importância de se promover uma cultura de planejamento previdenciário contínuo, que ultrapasse os limites legais e financeiros, alcançando também dimensões emocionais, comportamentais e sociais.

Um dos achados refere-se à eficácia dos PPAs. O estudo de Leandro-França (2016) demonstrou que programas com maior duração têm impacto mais expressivo sobre os participantes, favorecendo mudanças cognitivas, motivacionais e comportamentais. Esses dados são corroborados por Seidl, Leandro-França e Murta (2018), que identificaram o suporte psicosocial como o principal preditor do impacto positivo percebido por servidores que participaram de um curso online sobre PPA. Tais resultados indicam que intervenções bem planejadas e acompanhadas de suporte institucional são capazes de promover efeitos duradouros na forma como os servidores se preparam para o pós-carreira.

A percepção das organizações sobre os PPAs também foi analisada. O estudo de França et al. (2014), com 207 gestores, revelou que, embora a maioria reconheça a relevância dos programas, apenas cerca de 25% das instituições realmente os implementam. Essa lacuna entre reconhecimento e prática reforça a necessidade de sensibilização das lideranças, em especial dos setores de Recursos Humanos, quanto ao papel estratégico dos PPAs no contexto da longevidade e da reestruturação funcional do setor público. Para Costa (2019), os resultados indicam que a ausência de um PPA institucional impacta negativamente o bem-estar, autoestima e planejamento de vida dos servidores, tanto no momento da transição quanto após o desligamento. O estudo conclui que a implementação de um PPA contribuiria para o desenvolvimento pessoal dos servidores, melhoria da saúde física e psicológica, além de auxiliar a instituição no planejamento da força de trabalho e na redução de custos sociais.

Caro, Arakawa e Andrade (2021) evidenciam que a implementação de um PPA estruturado em etapas e conduzido por equipe multidisciplinar pode promover mudanças significativas na percepção dos servidores públicos sobre o processo de aposentadoria. Os resultados destacam não apenas a satisfação dos participantes, mas também a efetividade do programa em esclarecer dúvidas, estimular o planejamento e favorecer a ressignificação da aposentadoria como uma fase de novas possibilidades. O estudo reforça a importância de estratégias institucionais que promovam o preparo prévio dos

trabalhadores, contribuindo para a saúde, autonomia e qualidade de vida na transição para a inatividade laboral.

A partir de uma perspectiva subjetiva e experiencial, os estudos de Palmieri et al. (2024) e Nascimento e Polia (2019) abordam os impactos emocionais da transição para a aposentadoria. Os autores destacam sentimentos de perda de identidade profissional, solidão, e dificuldades em ressignificar o tempo livre como fatores críticos para a adaptação ao pós-trabalho. Já Carneiro et al. (2021) trazem um recorte de gênero importante ao mostrar que servidoras mulheres, em sua maioria, projetam a aposentadoria como uma nova fase produtiva, buscando alternativas profissionais e empreendedoras. Essas análises reforçam que a aposentadoria, embora juridicamente tratada como fim de vínculo funcional, deve ser compreendida como um processo de reconstrução de identidade, que exige suporte emocional, social e institucional.

O artigo de Macêdo, Bendassolli e Torres (2017) examina as representações sociais da aposentadoria entre servidores públicos federais e suas implicações na decisão de aposentar-se ou adiar a aposentadoria. Por meio de análise qualitativa com 283 servidores próximos da aposentadoria, o estudo identifica múltiplos significados atribuídos ao processo: para alguns, a aposentadoria representa uma nova etapa de vida, oportunidade de usufruir o tempo com mais qualidade e liberdade; para outros, é vista como um direito conquistado após anos de contribuição, um descanso merecido ou, negativamente, como ociosidade e perda de propósito. Os determinantes da decisão de aposentadoria no serviço público brasileiro, como aponta Oliveira, Almeida e Nunes (2021), revelam que a decisão de permanecer em atividade após adquirir o direito à aposentadoria é fortemente influenciada por características como sexo, percepção de insuficiência de renda na aposentadoria, flexibilidade da jornada de trabalho, satisfação e comprometimento com o trabalho. Destaca-se que servidoras do sexo feminino, que consideram a renda futura insuficiente e percebem autonomia e flexibilidade em suas funções, tendem a adiar a aposentadoria. O estudo amplia o debate sobre a necessidade de políticas públicas que considerem múltiplas dimensões para modernizar a gestão de pessoas no setor público e apoiar reformas previdenciárias e administrativas.

O estudo de Schuabb e França (2020) demonstra que, embora haja crescente produção acadêmica sobre o tema nos últimos anos, ainda existem lacunas relevantes, especialmente no que diz respeito à compreensão dos aspectos psicossociais que influenciam o comportamento de poupança e a preparação financeira ao longo da trajetória profissional. O estudo destaca que a ausência de planejamento financeiro é um dos principais motivos para a permanência no trabalho após a aposentadoria, ao passo que a educação financeira e a participação em PPAs podem promover

mudanças comportamentais positivas, sensibilizando os trabalhadores para a necessidade de investir em alternativas de renda complementar e adaptar seus hábitos financeiros desde cedo.

Corroborando essas conclusões, a pesquisa quantitativa de Matias Filho et al. (2023) revela que a preocupação com a renda na aposentadoria aumenta com a idade, mas predomina um perfil conservador de investimentos, com preferência por produtos de menor risco e baixo percentual da renda mensal direcionado à poupança para o futuro. Além disso, parcela significativa dos respondentes considera continuar trabalhando ou buscar alternativas de emprego na terceira idade como estratégia para garantir a sustentabilidade financeira, evidenciando que a preparação financeira ainda é insuficiente diante dos desafios impostos pelo cenário econômico e demográfico brasileiro.

Além disso, o estudo quantitativo de Vieira, Matheis e Rosenblum (2023) alerta para a baixa preparação financeira da população brasileira para a aposentadoria. Os dados mostram que mulheres, jovens e pessoas de baixa renda compõem o grupo mais vulnerável, mesmo entre aqueles que atuam no setor público. Esse cenário de vulnerabilidade expõe a urgência de políticas públicas voltadas à educação financeira, à formação previdenciária e ao fortalecimento de redes de apoio institucional que permitam aos servidores uma transição planejada, segura e com qualidade de vida.

Os achados apontam para lacunas na formação dos servidores quanto à educação previdenciária e à necessidade de aprimoramento de políticas públicas específicas voltadas à preparação para a aposentadoria no serviço público. Os estudos também evidenciam o impacto psicológico da transição para a aposentadoria e a importância de medidas institucionais para mitigar o sentimento de desamparo ou insegurança, especialmente entre servidores que estão há mais tempo na carreira.

Em relação às contribuições práticas, os artigos analisados propõem desde ações educativas e intervenções psicossociais até reformulações nos programas de RH das instituições públicas. Tais iniciativas visam promover uma transição mais saudável e consciente para a aposentadoria, ampliando o bem-estar dos servidores e contribuindo para a sustentabilidade do sistema previdenciário.

Por fim, a análise evidencia que, embora a produção científica sobre o tema venha crescendo, ainda há espaço para investigações aprofundadas, especialmente no que tange à efetividade dos programas existentes, à inclusão dos servidores jovens nas políticas de planejamento de longo prazo e à análise comparativa entre diferentes esferas (municipal, estadual e federal) do setor público.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a produção científica sobre o planejamento da aposentadoria voltado aos servidores públicos, a partir de uma revisão sistemática da literatura. A investigação, fundamentada em critérios bibliométricos e análise qualitativa, permitiu identificar

tendências, lacunas e contribuições relevantes sobre a temática, reconhecendo sua complexidade e multidimensionalidade. Com base na análise de 15 artigos selecionados dentre 150 inicialmente encontrados, foi possível evidenciar que, embora exista um número expressivo de estudos concentrados na área de Administração Pública, as abordagens mais citadas e com maior impacto acadêmico são oriundas dos campos da Psicologia Organizacional e da Gestão de Pessoas. Essa constatação reforça a natureza humana, subjetiva e emocional da transição para a aposentadoria, especialmente no setor público.

Os resultados apontam para a necessidade de institucionalização e ampliação dos PPAs, de forma que sejam contínuos, multidimensionais e integrados às políticas de gestão de pessoas. Os estudos analisados demonstram que intervenções de curta duração, realizadas apenas no período final da carreira, não são suficientes para garantir uma aposentadoria planejada e satisfatória. Ao contrário, os programas mais efetivos são aqueles iniciados precocemente, com abordagem educativa, suporte psicosocial e envolvimento institucional. Além disso, observou-se que a carência de conhecimento previdenciário, mesmo entre estudantes e profissionais da área do Direito, compromete a capacidade de planejamento individual e evidencia a urgência de políticas públicas de educação previdenciária como o PEP.

Outra contribuição relevante dos achados é a compreensão de que o processo de aposentadoria não deve ser reduzido a um marco legal ou administrativo, mas entendido como uma fase de transição com implicações emocionais, sociais e identitárias. Os servidores públicos, ao se depararem com o fim do ciclo profissional, enfrentam desafios que extrapolam a dimensão financeira, como o sentimento de perda de pertencimento, a reconfiguração do tempo livre e a redefinição de propósitos. Tais aspectos exigem o desenvolvimento de estratégias de apoio mais sensíveis e contextualizadas, especialmente diante de um cenário de envelhecimento populacional e reformas previdenciárias recorrentes.

A promoção do planejamento da aposentadoria entre os servidores públicos demanda ações integradas, intersetoriais e baseadas em evidências. A ampliação da produção científica sobre o tema, o fortalecimento das políticas de educação previdenciária e a sensibilização das instituições públicas sobre a importância do cuidado com a fase de transição pós-carreira são fundamentais para garantir uma aposentadoria digna, ativa e saudável. Como sugestão para futuras pesquisas, destaca-se a importância de estudos longitudinais que acompanhem os impactos dos PPAs ao longo do tempo, bem como investigações que explorem a interseccionalidade de gênero, classe e raça nas experiências de aposentadoria no serviço público.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 nov. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

CARNEIRO, Maria de Fátima Carvalho; ALVES, Vicente Paulo; SILVA, Henrique Salmazo da. Aposentadoria e planejamento para vida pós-trabalho: um estudo com servidores de um Instituto Federal de Educação. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2021. Disponível em: [inserir URL, caso disponível]. Acesso em: [inserir data, caso disponível].

CARO, C. C.; ARAKAWA, V. A. T.; ANDRADE, E. V. B. de. Relato de experiência com um programa de preparação para a aposentadoria de servidores públicos. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, v. 29, 2021.

COSTA, Cleonice Cabral. Programa de preparação para aposentadoria: um estudo de viabilidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto Politécnico do Porto, Porto, 2019. Disponível em: [inserir URL da ProQuest, caso disponível]. Acesso em: [inserir data, caso disponível].

FRANÇA, L. H. F. P. et al. A percepção dos gestores brasileiros sobre os programas de preparação para a aposentadoria. Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, v. 19, n. 3, 2014.

FUNDACIÓN MAPFRE. Previdência social pública. 2024. Disponível em: <https://www.fundacionmapfre.com.br/educacao-e-divulgacao/educacao-financeira-securitaria/previdencia/social-publica/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Boletim de políticas sociais: acompanhamento e análise: 29 – Previdência. Brasília, DF: IPEA, 2022. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/220726_boletim_bps_29_previdencia.pdf. Acesso em: 21 maio 2025.

LEANDRO-FRANÇA, Cristineide. Efeito de programas de preparação para aposentadoria: um estudo experimental. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MACÊDO, L. S. S.; BENDASSOLLI, P. F.; TORRES, T. de L. Representações sociais da aposentadoria e intenção de continuar trabalhando. Psicologia & Sociedade, v. 29, 2017.

MAGALHÃES, Guilherme Fernandes; ALVES, Wederson Marcos. Cidadania e políticas públicas no contexto do programa de educação previdenciária – PEP. Revista do Direito Público, Londrina, v. 14, n. 1, p. 10–25, 2019.

MARQUES, Samuel da Cruz. Aposentadoria e qualidade de vida: estudo entre trabalhadores de município paulista. 2021. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, São José do Rio Preto, 2021.

MATIAS FILHO, Jose et al. Planejamento da aposentadoria: as pessoas estão se preparando financeiramente? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 47., 2023, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPAD, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21714/2177-2576EnANPAD2023>. Acesso em: 18 abr. 2025.

MENEZES, Ana Raquel M. P. et al. Planejamento da aposentadoria: as pessoas estão se preparando financeiramente? In: ENCONTRO DA ANPAD, 2023, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPAD, 2023.

MOHER, D. et al. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *PLoS Medicine*, v. 6, n. 7, p. e1000097, 2009.

OLIVEIRA, Isabel Cristine et al. Preparação para aposentadoria de docentes universitários: revisão integrativa. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 24, n. 1, e200286, 2021.

OUTRAS PALAVRAS. Previdência pública x privada: a desigualdade territorial. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/previdencia-publica-x-privada-a-desigualdade-territorial/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

PALMIERI, Isadora Gabriella Silva et al. Percepção de servidores públicos acerca da transição para a aposentadoria. *Journal of Nursing and Health*, v. 14, n. 2, 2024. DOI: [inserir DOI, caso disponível].

PEREIRA, J. R. F.; GARCIA, J. Social security education: citizen preparation for the future. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 10, n. 5, p. 3622–3638, 2024.

RODRIGUES, Danilo Diogenes; AFONSO, Luís Eduardo. O impacto da criação da Funpresp sobre os benefícios previdenciários dos servidores públicos federais. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 6, p. 1479–1505, 2015.

SCHUABB, Thaís Cravo; FRANÇA, Lucia Helena de Freitas Pinho. Planejamento financeiro para a aposentadoria: uma revisão sistemática da literatura nacional sob o viés da psicologia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 20, n. 1, p. 73–98, 2020.

SEIDL, Juliana; LEANDRO-FRANÇA, Cristineide; MURTA, Sheila Giardini. Avaliação de impacto e suporte de um curso de preparação para aposentadoria. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, v. 18, n. 4, p. 494–502, 2018.

VALENÇA, A. K. A. Metodologias ativas no ensino de engenharia: uma revisão bibliométrica. *Revista Produção Online*, v. 23, n. 2, p. 4982, 2023.